

RELATÓRIO DE OFICINA PARTICIPATIVA	
INFORMAÇÕES GERAIS	
<p>Tema da Oficina: Oficina Participativa de Consulta, Livre Prévia e Informada – CLPI.</p> <p>Objetivo da Oficina: Consulta Pública do Programa Jurisdicional de REDD+ do Estado do Tocantins.</p> <p>Comunidade: Povo Indígena Akwẽ - Xerente, Território Indígena Funil (Aldeias: Funil, Cachoeirinha, Boa Fé, Rio Verde, Aparecida e São Bento).</p> <p>Local: Escola Estadual Indígena Sakruiwẽ - aldeia Funil, município de Tocantínia.</p> <p>Data: 19 e 20/05/2025</p> <p>Duração: 2 dias</p>	
EQUIPE ENVOLVIDA	
<p>Moderador(a): João Martins (Plantuc), Lucélia Neves e Sharles Borges.</p> <p>Relator(a): Karolliny Neres e Rael Waikazate Xerente.</p> <p>Facilitador(a) Gráfico: Miguel Pinter.</p> <p>Tradutor(a) para Línguas Indígenas: Luiz Carlos Xerente.</p> <p>Técnico(a) em Comunicação: Sikupti Xerente e Roberto Siwakru Xerente .</p> <p>Recreador(a): Wilson Kwasku Xerente, Felipe Srowe Xerente, Lucivanda Zarê Xerente e Anailde Waiti Xerente.</p> <p>Articulador(a) Comunitário(a): Srêwẽ Xerente</p> <p>Representantes do Poder Público: Fabio Henrique (SEMARH), Paulo Xerente (SEPOT).</p> <p>Outros participantes com papel relevante: Rose Sena (consultora Tocar), Marcos Karajá, (representante da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins-ARPIT), Eduardo (representante da Funai)</p>	
DIA 01: SEGUNDA, 19 DE MAIO DE 2025	
PARTICIPANTES	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Luis Fernando S.Xerente (Aldeia Funil) 2. Luis Fernando Xerente (Aldeia Cachoeira) 3. Sueli Waridi Xerente (Aldeia Cachoeira) 4. Mariquinha S.Xerente (Aldeia Cachoeira) 5. Cleonice B. Xerente (Aldeia Funil) 6. Eneida Brupahi Xerente (Aldeia Funil) 7. Edilson Xerente (Aldeia Boa Fé) 8. Juscelino W.Xerente (Aldeia Boa Fé) 9. Renato Samuru Xerente (Aldeia Rio Verde) 10. Aguinaldo Damsõke (Aldeia Pé de Serra) 11. Elso Kumri Xerente (Aldeia Funil) 12. Gilberto Xerente (Aldeia Funil) 13. Daiane Xerente (Aldeia Pio) 14. Davi Kukawnõmri (Aldeia funil) 15. Elizete Tpêdi Xerente (Boa Fé) 16. Hortencia Wareti Xerente (Aldeia Aparecida) 	

17. Agaci Pereira Karaja (Aldeia São Bento)
18. Linda Assakre Xerente (Aldeia São Bento)
19. Wesley Waikairê Xerente (Aldeia Funil)
20. Nelson Hkâwe Xerente (Aldeia Funil)
21. Salete Sibâdi Xerente (Aldeia Funil)
22. Mônica Nămnădi Xerente (Aldeia Funil)
23. Eva Popradi Xerente (Aldeia Funil)
24. Luzimar kmôhizane Xerente (Aldeia Funil)
25. Gustavo Krăsăpte Xerente (Aldeia Funil)
26. Marcelino Srêwe Xerente (Aldeia Funil)
27. Ilma krukwane Xerente (Aldeia Funil)
28. Murilo Xerente (Aldeia Funil)
29. Sabino Xerente (Aldeia Funil)
30. Leonardo Xerente (Aldeia Funil)
31. Ailton Pnirê Xerente (Aldeia Funil)
32. Ailton Ainăksekô Xerente (Aldeia Funil)
33. Gilmar Xerente (Aldeia Funil)
34. Maisa Pirkodi Xerente (Aldeia Funil)
35. Reinaldo Xerente (Aldeia Funil)
36. Luciano Xerente (Aldeia Funil)
37. Paulo Bruwe Xerente (Aldeia Funil)
38. Ana Luiza Xerente (Aldeia Funil)
39. Anderson Simrihu Xerente (Aldeia Funil)
40. Durval Waine Xerente (Aldeia funil)
41. Elenice Tpêdi Xerente (Aldeia Funil)
42. Daiana Sipriki Xerente (Aldeia Funil)
43. João Carlos Wazase (Aldeia Funil)
44. Rogério Srone de Castro Xerente (Aldeia Funil)
45. Sílvia Letícia G.S Xerente (Aldeia Funil)
46. Vanderson Wakuke Xerente (Aldeia Funil)
47. Aparecida Das S.G Xerente (Aldeia Aparecida)
48. Romário Srowasde Xerente (Aldeia Funil)
49. Gerivan Samuru Xerente (Aldeia Nascente)
50. Marciene Smikidi Xerente (Aldeia Nascente)
51. Ivaldo Srêpaw
52. Júnior Xerente (Aldeia Boa Fé)
53. Rivaldo Srêpawe (Aldeia Aldeia Funil)
54. Cláudia Xerente (Aldeia Funil)
55. Gustavo Kanôkră Xerente (Aldeia Funil)
56. José Silva Sromnê Xerente (Aldeia Funil)
57. Solange B. Xerente (Aldeia Funil)
58. Iara W. Xerente (Aldeia Funil)
59. Cristiana M. Xerente (Aldeia Funil)
60. Margarida Pirkodi Xerente (Aldeia Funil)
61. Vanessa Tkidi Xerente (Aldeia Funil)
62. Cristiele Nêpredi Xerente (Aldeia Funil)
63. Railson Sumekwa xerente (Adeia Funil)
64. Marciel Xerente (Aldeia Funil)
65. Renan Wdekruwe Xerente (Aldeia Funil)
66. Leonice Pirkodi Xerente (Aldeia Funil)
67. Elivaldo W. Xerente (Aldeia Funil)
68. Carlito Xerente (Aldeia Funil)
69. Junior Wawemră (Aldeia Boa Fé)
70. Hortência Xerente (Aldeia Boa fé)
71. José Augusto Xerente (Aldeia Aparecida)

72. Gabriel Smisuite Xerente (Aldeia Funil)
73. Daniel Javaé (Aldeia Porteira)

Abertura

Às 10:05, Fabio Henrique (SEMARH) abriu oficialmente a oficina agradecendo a presença de todos e convidando os representantes e os caciques presentes, para uma breve fala.

Em língua materna o cacique Elson Xerente explicou o que é JREDD+ e agradeceu a equipe pela organização e disponibilidade de ir até aldeia para explicar para comunidade, finalizou agradecendo os representantes em especial o secretário dos povos originários Paulo Xerente.

Logo em seguida, Marquinho Karajá, presidente da ARPIT, agradeceu a presença de todos e ressaltou que a oficina é uma oportunidade de construção dos povos e indígenas com o Estado. Comentou também sobre a importância da participação coletiva, e afirmou a presença dos tradutores para facilitar o diálogo. Finalizou parabenizando a construção das consultas públicas e apreciando a presença da Funai nestes eventos.

O secretário Paulo Xerente agradeceu a disponibilidade da comunidade em participar da consulta pública, destacou o papel da secretaria nestas ações e parabenizou os presentes. Finalizou explicando na língua materna o que é JREDD+ e sua preocupação com a quantidade de pessoas presentes.

Eduardo (representante da Funai), agradeceu a oportunidade de estar presente, ressaltou que o evento é uma consulta pública e tem por finalidade consultar a comunidade explicando o que é o projeto e se aceitam. Fortaleceu sua disponibilidade para tirar dúvidas e finalizou desejando uma ótima oficina a todos.

Em seguida, Rose Sena (Consultora TOCAR) convidou os caciques presentes a se apresentarem. Após a apresentação dos caciques, Rose (Consultora TOCAR) se apresentou e explicou como funciona as consultas públicas por meio das oficinas, ressaltou que as comunidades foram perguntadas antes de como queriam ser consultadas, por fim apresentou a equipe e passou para o João Martins (Moderador).

João (Moderador) se apresentou e propôs uma dinâmica em círculo, na dinâmica cada participante falou no microfone o nome do colega do lado. Em seguida começou a pontuar os combinados, e os objetivos da consulta. Pergunta aos participantes se eles sabem o que é JREDD+ e se não sabem o que gostaria de saber.

Rogério Xerente (liderança indígena, servidor da Funai e nascido na aldeia Funil) explica que já ouviu falar do programa e comenta que é uma forma de conservar o meio ambiente, comprando o crédito de carbono das comunidades que preservam como forma de redução de suas emissões.

Romário Xerente (liderança indígena, produtor cultural, aldeia Funil), pediu para que fosse explicado como será o impacto do programa no meio ambiente e para a comunidade, e qual seria autonomia da comunidade sobre o recurso destinado e por fim questiona se a comunidade pode solicitar transferência de recurso para cada família, e como fica a comunidade que não estão presente na consulta. “Quero saber também o que é crédito de carbono, a comunidade precisa compreender”.

João (Moderador) agradeceu os questionamentos e pediu para Rogério Xerente traduzir na língua materna.

Em seguida, Eduardo (representante da Funai) questionou que a organização deveria ser de consulta mesmo, só depois da aceitação começar a se falar de representantes.

Cacique Elson Xerente (aldeia Funil) contribuiu na língua materna afirmando que os indígenas não degradam, não desmatam, e não são eles que estão acabando com nada. Afirmou que as porcentagens apresentadas no programa não confortam as comunidades, ressalta a importância de entrar em consenso antes de pedir para escreverem projetos. “Não quero que vocês achem ruim, mas eu lutarei até o fim para aumentar essa porcentagem. Ela não abarca as comunidades do Tocantins, nosso povo não degrada. Que nasça alguma coisa boa desse JREDD+ para o nosso povo, os efeitos estão aí das mudanças climáticas, e estamos sentindo isso, agradeço ao meu povo por se manterem livre de desmatamento.”

Em seguida João (Moderador) agradece a fala do cacique, relembrou os objetivos e explicou como funciona a dinâmica dos conteúdos, logo passou para Rose (Consultora TOCAR), que seguiu o cronograma de conteúdo.

JREDD+ como política pública

Rose (Consultora TOCAR) agradeceu as contribuições e ressaltou que a participação é fundamental para construção da consulta pública. Em forma de analogia explicou o surgimento do JREDD+ e os personagens importantes neste processo, com destaque para os povos indígenas, comunidades tradicionais e pequenos agricultores familiares - PIQPCTAF.

Fabio Henrique (SEMARH) contribui com a explicação, pontuando a parte técnica do aquecimento global e seus efeitos.

Luís Carlos Xerente resumiu e traduziu para língua materna.

Romário Xerente (aldeia Funil) questionou: “Rose eu não entendo por que se está falando estimativas, mas como vamos ter noção disso se não entendemos sobre o que está sendo falado, acho que vocês têm que melhorar nisso aí, não temos a base de conteúdo para falarmos com propriedade sobre o assunto, não estamos compreendendo o programa, sem compreender isso não podemos colaborar muito.”

Rose (Consultora TOCAR) pediu paciência e explicou que os números apresentados não são especificamente do Tocantins, mas sim da contabilidade nacional. E assegurou que o cálculo em cima dos créditos de carbono do cerrado serão os primeiros neste bioma.

Marquinho Karajá (ARPIT) complementa: “o anseio da comunidade é saber os valores exatos, pois querem saber a quantidade e os valores, esclarecendo de fatos esses valores, que são altos. Quanto custa esses créditos de carbono? Não podemos ficar apenas no básico, precisa sim se explicar para todos, mas também precisa trazer números reais, temos gente que compreende isso aqui.”

Rose (Consultora TOCAR) destacou que o cálculo sobre outros biomas já aconteceu, mas sobre o cerrado será a primeira vez.

Fábio (Consultor TOCAR) complementou explicando, em linguagem simples, como a estimativa foi construída para fins didáticos: partiu-se da metodologia “estoque-fluxo”, que observa ao mesmo tempo o carbono que permanece nas áreas conservadas e a queda das emissões por redução de desmatamento e degradação. Para isso, utilizou séries históricas oficiais de desmatamento e queimadas, mapas de cobertura vegetal e registros de cicatrizes de fogo, compondo uma linha de base e um recorte recente para comparação. A partir dessa leitura, projetou-se um cenário meramente exemplificativo para mostrar como os resultados, quando comprovados, podem orientar a repartição de benefícios e a formatação de editais do Fundo Clima. Fábio reforçou que a conta não define valores finais nem percentuais, não cria direito adquirido e não substitui as etapas de validação: os números reais dependerão da consolidação dos dados, da verificação e auditoria, e da deliberação nas próximas fases (sistematização e audiência pública), sempre observando as salvaguardas e sem induzir conversão de mata nativa.

Romário Xerente (aldeia Funil) pergunta: “se os xerentes quiserem seu próprio JREDD+, podemos fazer?”.

Rose (Consultora TOCAR) afirma que sim, usa a ilha do bananal como exemplo de programa de REDD privado.

Eneida Xerente (Aldeia Funil) ressalta que o assunto debatido reflete no futuro das crianças, “como o estado vai desenvolver esse interesse por preservação, mas com um olhar capitalista, como isso será passado dentro da aldeia?”

Rose (Consultora TOCAR) agradeceu a fala da professora e afirmou que o sistema é capitalista, mas os recursos provenientes deste sistema contemplaram as comunidades de forma positiva.

Gerivan Xerente (professor, aldeia Nascente) pediu a fala: “eu queria entender como essas ações vão ser efetivadas pelo governo e quais ações o Estado trará para a comunidade? O que o Estado faz no sentido da preservação, o Estado vem investindo mais em produção em grande escala, é tanto que nossa população é tida como não desenvolvida, por não temos essas produções, não tem como dividir esses 25% entre todos os indígenas, não ficaremos com nada. Aqui precisa ser

bem mais objetivo sem rodeios, não temos tanta falta de intelecto assim, conseguimos entender esses atores principais dentro deste projeto. Precisamos trabalhar com números completos, para assim podermos debater de verdade, não adianta nada debater projetos e ações se esses recursos não vão dar”.

Rose (Consultora TOCAR) ressalta que a oficina tem diversos níveis de conhecimento, e essas diversidades são ricas, por isso os conteúdos devem estar de acordo com o entendimento coletivo.

Cacique Elson Xerente (aldeia Funil) afirmou: “é complicado essa repartição com essas porcentagens, já tivemos propostas melhores com 70% para nossa comunidade, mas eu acredito que o melhor para nosso povo é participar de um projeto real, organizado e com transparência, fazendo as coisas tudo certo, podemos fazer tudo reguladinho. A outra proposta não tinha cálculo e não tinha segurança, esse aqui acreditamos que pode dar certo.”

Intervalo para o almoço - das 13h21 às 15h20.

A oficina foi retomada, João (Moderador) resumiu o que foi passado pela manhã e propôs uma dinâmica em grupo. Dividiu os participantes em grupo 1 e 2 para responderem à pergunta; “Quais são as preocupações sobre o JREDD+?”

Durante a apresentação do Grupo 1, Romário Xerente apontou algumas preocupações levantadas no grupo, “queremos saber se podem tirar madeira, fazer roça de toco, tirar madeira para construção das nossas casas. Uma das preocupações de fato é o que o JREDD+ trará de benefício para comunidade Xerente, e como será gerenciado o recurso do projeto”.

Grupo 2, representado pelo Gustavo Xerente (aldeia Funil), “uma das preocupações da comunidade é de não chegar esses recursos até nós, quais os benefícios o projeto JREDD+ tem para comunidade Xerente, é possível negociação da Terra Indígena Xerente através de JREDD+? A preocupação maior do povo Xerente é com o capitalismo em termos gerais, como será atribuído a porcentagem para os povos indígenas, mencionam que o percentual para o PIQPCTAF deveria ser de 35%, pois é o justo.”

Antônio Marcos Sena Leal Karajá (representante da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins-ARPIT) afirmou que a oficina é um processo de consulta pública e que adiante, a comunidade entenderá de forma clara que os indígenas precisam ser protegidos e compensados, finalizou afirmando que os indígenas sempre preservaram o meio ambiente.

Salvaguardas

Após o lanche da tarde, a reunião foi retomada com a condução de João Martins (moderador), que relembrou os temas e perguntou ao grupo se estava claro o que é JREDD+ e o que são salvaguardas. Uma fala em plenária resumiu bem: *salvar, guardar, preservar e proteger direitos*.

Em seguida, Rose (Consultora TOCAR) explicou que, além do que os participantes falaram, as salvaguardas socioambientais são sete princípios internacionais as Salvaguardas de Cancún que servem para garantir que o programa faça o bem sem causar dano. No Tocantins, essas salvaguardas fazem parte do Programa Jurisdicional de REDD+ e funcionam como uma espécie de defesa, ou garantia: nenhuma ação pode ferir direitos. Em seguida, explicou quais são as 7 Salvaguardas de Cancún:

1. Coerência com os Objetivos dos Programas Florestais Nacionais e Internacionais — significa andar junto com as leis e políticas que já existem (como o Código Florestal).
2. Governança Florestal Transparente e Eficaz — é jogo aberto: decisões e informações à vista de todos, com canais para tirar dúvidas e prestação de contas do que foi feito e gasto.
3. Respeito pelos Conhecimentos e Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais — é valorizar saberes e modos de vida das comunidades e garantir consulta livre, prévia e informada (CLPI) antes de decidir o que fazer.
4. Participação Plena e Efetiva das Partes Interessadas — é participação de verdade: ouvir nos territórios, registrar o que foi combinado e abrir espaço em conselhos, oficinas e audiências para quem será impactado.
5. Promoção da Conservação das Florestas Naturais e da Diversidade Biológica — é cuidar da mata e dos bichos: não trocar floresta nativa por monocultura e, quando possível, recuperar áreas que precisam de atenção.
6. Minimização dos Riscos de Reversão — é não dar passo atrás: se houve melhora hoje, não pode piorar amanhã; quando houver problema (por exemplo, incêndio acidental), é importante prevenir e apoiar para manter o resultado.
7. Prevenção do Deslocamento de Emissões — é não empurrar o problema para o vizinho: reduzir o desmate aqui sem aumentar em outro estado.

Com isso, Rose reforçou que as salvaguardas protegem pessoas e território, dão segurança para o recurso chegar com transparência.

Governança

Em seguida, Rose Sena (Consultora TOCAR) destacou a importância da governança participativa como elemento essencial das salvaguardas, explicando que o Estado do Tocantins vem estruturando uma rede de instâncias colegiadas para assegurar a transparência e o acompanhamento social do programa. Ela mencionou o papel do Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA), responsável por estabelecer as normas e regulamentos que orientam a implementação do JREDD+; e da Comissão Estadual de Validação, Acompanhamento e Transparência (CEVAT), que reúne representantes de órgãos públicos, federações, sindicatos, povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares para acompanhar o programa e garantir que suas decisões sejam públicas e acessíveis.

Rose (Consultora TOCAR) também apresentou o Fundo Clima, mecanismo financeiro por meio do qual os recursos provenientes do JREDD+ serão recebidos e geridos conforme as deliberações coletivas sobre a repartição de benefícios. Ela explicou que o fundo possui uma estrutura de governança própria, voltada à gestão transparente e participativa dos recursos, garantindo que sua aplicação siga as ações priorizadas pelas comunidades durante as consultas públicas. Detalhou que o acesso aos recursos do Fundo Clima se dará por meio de chamadas públicas e editais, a serem publicados pela SEMARH após a aprovação das regras de repartição e das diretrizes de aplicação dos recursos pelo colegiado gestor. Essas chamadas deverão priorizar projetos, iniciativas e organizações comunitárias alinhadas às ações pactuadas no Programa Jurisdicional de REDD+ Tocantins como recuperação de nascentes, fortalecimento de cadeias produtivas sustentáveis, prevenção e combate a incêndio, apoio a práticas agroecológicas, dentre tantas outras.

Ouvidoria

Por fim, Rose (Consultora TOCAR) abordou os canais de comunicação e ouvidoria da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), disponíveis para receber dúvidas, denúncias e sugestões relacionadas à execução do programa. Ela reforçou que a SEMARH está à disposição das comunidades para garantir que todas as etapas do JREDD+ sejam conduzidas com transparência, diálogo e respeito aos direitos socioambientais.

João (Moderador) reafirmou os pontos positivos e negativos levantados ao final da oficina e às 18h24 encerrou a oficina, convidando os participantes a retornarem no dia seguinte às 8h00.

DIA 2: TERÇA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2025

PARTICIPANTES

1. Geisiane Sdupudi (aldeia Funil)
2. Márcia Cidi Xerente (aldeia Funil)
3. Cleonice Brudi Xerente (aldeia Funil)
4. Sabino E. Xerente (aldeia Funil)
5. Aureni Sipredi Xerente (aldeia Funil)
6. Maiza Pirkodi Xerente
7. Mariquinha Sipredi Xerente (aldeia Cachoeirinha)
8. Margarida Pirkodi Xerente
9. Durval Waime Xerente
10. Natália KnaprdiXerente (aldeia São Bento)
11. Kartegiano Pereira da Silva Xerente (aldeia Funil)
12. Marcelino Srewe Xerente
13. Marta Krkodi Xerente (aldeia Funil)
14. Janaína Kuzeidi Xerente (aldeia Funil)
15. Gilberto Antônio de Brito Xerente
16. Ana Luiza Xerente
17. João Carlos W. Xerente
18. Nelson Akâwex

19. Eneida Brupahi Xerente
20. Daiane Xerente
21. Luzimar Kmohizane Xerente
22. Luiz Eduardo (aldeia Funil)
23. Sílvia Letícia G. S. Xerente (aldeia Novo Horizonte)
24. Silvânia Waiti Xerente (aldeia Funil)
25. Rogério Srone de Castro Xerente (aldeia Novo Horizonte)
26. Ailton Pnire Xerente
27. Helenice Brupahi Xerente
28. ILEGÍVEL
29. Reinaldo Xerente
30. Edilson W. Xerente (aldeia Funil)
31. Carlito Xerente
32. Junior Nawemra Xerente (aldeia Boa Fé)
33. Hortência
34. José Augusto Xerente (aldeia Aparecida)
35. Linda Assakre Xerente (aldeia São Bento)
36. Rinaldo Xerente
37. Gabriel Suisuite Xerente (aldeia Funil)
38. Daniel Javaé (aldeia Poteira)
39. Railson Sumekna Xerente (aldeia Funil)
40. Marciel Xerente (aldeia Funil)
41. Renan Wader Xerente (aldeia Funil)
42. Leonice P. Xerente Xerente (aldeia Rio Verde)
43. Roberto Siwakru Xerente
44. Rael Waikazate Xerente
45. Elivaldo W. Xerente (aldeia Rio Verde)
46. Gustavo K. Xerente

Abertura

Às 09h10 João Martins (Moderador) iniciou a oficina, reforçou os combinados e em seguida passou para Rose (Consultora TOCAR), que cumprimentou os presentes e recapitulou os conteúdos do dia anterior focando nos personagens do processo de construção do JREDD+.

Repartição de benefícios

Após introduzir como o programa está sendo construído, Rose (Consultora TOCAR) explicou a proposta de repartição: a referência inicial é 50% para o fortalecimento institucional do Estado (monitoramento, fiscalização, governança, salvaguardas e auditorias), 25% para os PIQPCTAF (povos indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares) e 25% para o setor agroprodutivo (pequenos, médios e grandes), voltados à adequação ambiental e à transição para práticas menos emissoras. Informou que os recursos entram no Fundo Clima e saem por editais públicos, organizados em três subprogramas (um para cada público), com regras claras, sem repasse individual automático e prioridade para projetos coletivos de associações e cooperativas (CNPJ). Reforçou que todas as propostas devem respeitar as salvaguardas e não induzir conversão de mata nativa. Concluiu destacando que se trata de proposta em consulta: as

oficinas e a audiência pública servirão para ajustar percentuais e critérios antes do envio do texto final ao COEMA.

Eduardo, representante da Funai, enfatizou que os projetos contemplados pelos recursos do JREDD+ devem ser destinados às causas ambientais e outros serviços que são atribuição do estado e dos municípios. Eduardo pontuou que a comunidade deve se organizar e decidir as prioridades e finalizou pedindo esclarecimento sobre os agentes realizadores destes editais contemplados.

Rose (Consultora TOCAR) agradeceu a participação do Eduardo e elogiou pertinentes os pontos levantados. Em seguida, explicou o processo de seleção das propostas de projetos, conforme as demandas das comunidades, respeitando as particularidades dos PIQPCTAF.

Rogério Xerente (aldeia Funil, liderança, servidor da Funai) contribuiu inicialmente em sua língua materna, afirmando que os participantes podem contribuir também na sua língua, pois o objetivo da consulta é promover a compreensão coletiva da comunidade, e se colocou à disposição para traduzir. “Uma dúvida minha e de alguns parentes é sobre essa repartição, gostaríamos de saber quais foram os critérios de seleção para essas porcentagens. Outra pergunta é sobre a proteção territorial, sabemos que fora a secretaria, outros órgãos também trabalham nesta temática, eles também poderão receber esse recurso? Quais os incentivos os produtores têm recebido do Estado, em especial os produtores indígenas? Sabemos que até então, o estado não conseguiu chegar ao nosso território, queremos saber se ele vai investir mais na questão ambiental, gostaria de mais compreensão nessas questões.”

Rose (Consultora TOCAR) agradeceu a contribuição e registrou que a preservação ambiental envolve diferentes órgãos. Observou que o Estado só consegue investir de forma contínua se houver orçamento dedicado e que o JREDD+ busca justamente assegurar recursos para políticas de redução de emissões; por isso, despesas como monitoramento, fiscalização, governança, salvaguardas e auditorias compõem a base dos 50% destinados ao fortalecimento institucional, pois sem essa estrutura não há como medir, comprovar resultados e acessar recursos.

Na sequência, Fábio Henrique (SEMARH) detalhou como os cálculos ocorrem. Explicou que a referência dos percentuais vem da metodologia “estoque-fluxo”, que considera, ao mesmo tempo, o estoque de carbono mantido nas florestas (conservação) e o fluxo de redução do desmatamento e da degradação (queda das emissões). Para isso, utilizam-se séries históricas oficiais de desmatamento e queimadas, mapas de cobertura vegetal e registros de cicatrizes de fogo, compondo a linha de base e os resultados mais recentes. A partir dessa leitura, chegou-se à análise inicial que orienta a proposta: 50% para o fortalecimento institucional do Estado e os outros 50% divididos igualmente entre PIQPCTAF e o setor agroprodutivo, sendo 25% para cada setor respectivamente.

Eduardo (Funai) pediu para que fosse explicado de onde vem os recursos do fundo clima.

João (Moderador) explicou de forma simples como é contabilizado o carbono das árvores, fazendo analogias sobre como as árvores absorvem carbono durante seu crescimento e liberam carbono quando são cortadas ou queimadas.

Fabio (SEMARH) que explicou novamente os serviços ambientais e como eles são custeados.

Elsó Xerente (cacique da aldeia Funil) questionou: “No tempo que o programa começou tínhamos uma roça. Nossa comunidade começou com essa prática, geralmente feita na mata ciliar, fazemos por causa da escassez alimentar. Hoje estamos desmatando para as roças, mas se cada um fizer uma roça, vamos ter muitas perdas. Mas também nossa subsistência vem dela, queremos que alguém oferecesse apoio financeiro também pela nossa preservação. Ouvimos muito do que o JREDD+ não faz, mas tenho minha preocupação é saber como isso vai acabar.”

Rogério Xerente (aldeia Funil) afirmou “para se discutir o projeto de JREDD+ ele não pode modificar a vida cultural, o nosso meio e forma de subsistência. Essas ações dos povos indígenas já são vistas como prestação de serviços ambientais, se várias famílias vão desmatar isso não vai entrar nas ações a serem reduzidas pelo JREDD+. Tivemos muitas ações de recuperação com os brigadistas, com reflorestamento e recuperação de flora, então é bom deixar isso claro.”

Rose (Consultora TOCAR) complementou que o que assegura esses direitos são as salvaguardas, pois garantem as práticas e o modo de subsistência da comunidade.

Eduardo (Funai) ressaltou que o modelo que está sendo proposto respeita as salvaguardas e compara com o modelo privado proposto na ilha do bananal.

Rogério Xerente (aldeia Funil) pontuou na língua materna e em seguida traduziu “o mais viável para as comunidades está sendo acompanhar o JREDD+ pelo Estado, que sabe respeitar as comunidades dentro dos seus territórios.”

Em seguida, o cacique Elso (aldeia Funil) destacou “poderíamos sim fazer pelo privado, a tutela com a Funai acabou, então não seria contestado isso. Eu sempre falei que não concordava com esses 25% dividido com tanta gente, somos um povo grande, uma comunidade extensa. Finalizou elogiando a organização dos conteúdos e a forma clara que foi passada para comunidade.”

Rose (Consultora TOCAR) reafirma o JREDD+ como política pública estadual.

Eduardo (Funai) complementa que a decisão de participar dessa construção deve ser tomada pelas comunidades do Estado, afirma também que quando um projeto é proposto por um órgão estatal, deve seguir uma série de etapas, finaliza afirmando que a decisão é da comunidade de participar ou não do projeto.

Em seguida, João Martins (Moderador) agradeceu o diálogo, interpretando como esclarecedor as dúvidas levantadas anteriormente.

Gerivan Xerente (professor, aldeia Nascente) contribui afirmando que eles precisam articular com todos os povos representados nestes 25%, “para aumentarmos esse valor precisamos reunir o povo e discutir, além disso levantar os representantes e levar para audiência pública para questionar e aumentar esse valor. Já sabemos que não vai mudar nada no nosso estilo de vida, para esse aumento precisamos nos juntar e ir atrás.”

Romário Xerente (aldeia Funil) “precisamos montar um grupo de trabalho junto com a ARPIT para articular e discutir. Não concordamos com os 25%, mas discutir isso aqui não vai mudar nada, temos que nos juntar aqui e depois com outros povos e levar isso para audiência. Vamos tentar nos posicionar até o final e levar ao máximo essa discussão para frente.”

João Martins (Moderador) agradeceu a participação de Romário e anotou sua sugestão de criar um grupo de estudo sobre o projeto.

Rogério (aldeia Funil) pontua que essa articulação é importante para cooperar com a ARPIT na implementação deste recurso.

João (Moderador) propõe que os participantes se dividam em dois grupos para debaterem as ações mais importantes, após o retorno do almoço às 14h00, e explica como funcionará a oficina de consolidação, encerrando às 11h53.

Às 13h40 João (Moderador) retomou as atividades da oficina, convidando os dois grupos formados para debaterem “quais são as ações mais importantes para comunidade.”

Grupo 1 representado por uma anciã Mariquinha Xerente: “as possíveis ações do programa devem ser a de preservação do território, criação de animais bovinos, porcos, entre outros. Fortalecimento do esporte intercultural, educação ambiental, ensino de técnicas de manejo, de matéria prima, fortalecimento da medicina tradicional com a participação de anciões para a transmissão de saberes. Confeção de materiais pedagógicos e incentivos aos alunos para profissionalização, com bolsas de estudos ensinos técnicos, fortalecer organizações das mulheres, reativação de plantio de mandiocas, criação de abelhas, fortalecer o turismo e investimentos ao ecoturismo, e priorização das festas tradicionais Akwe. Outra ação importante é o investimento em saneamento básico na comunidade, ampliação de abastecimentos hídricos, climatizações na unidade escolar e na unidade de saúde, equipar unidade de saúde, ampliação da rede de internet na aldeia local, valorização de confecção de artesanato e criação centro de comercialização.”

Grupo 2, representado por Rogério Xerente, colocou algumas ações como: “proteção das nascentes; segurança alimentar; fortalecimentos de órgãos como Ibama para proteção territorial; fiscalização da margem do rio Tocantins, para fiscalizar práticas ilegais do não indígenas; proteger o território; valorização das

festividades Akwe através de JREDD+; fortalecer pinturas rupestres que existem no território do Funil, com investimentos na questão de turismo; fortalecer organização da comunidade; fortalecer lideranças; trazer agentes de proteção ambiental; projeto de piscicultura; e aumento da porcentagem para 35%.”

Após apresentação dos grupos, os moderadores Lucélia e Sharles separaram as ações em pontos semelhantes apresentados pelos dois grupos, e ajudaram na inclusão de novos pontos, levantados pela comunidade, como: agentes florestais indígenas, educadores ambientais, valorização cultural, segurança alimentar, capacitação de artesãos, valorização dos cânticos, produção de materiais pedagógicos, fortalecimentos das práticas esportivas, projeto de piscicultura, incentivos a profissionalização de Juventudes, reativação de projeto de farinha, criação de abelhas, saneamento básico, ampliação de abastecimentos hídricos, ampliar e equipar unidade básica de saúde, climatização de unidades escolares, criação de comercialização de artesanato, ampliação rede de internet, vigilância territorial, fomentar ecoturismo, fortalecimento de lideranças indígenas, agente de proteção territorial Ibama, produção de audiovisuais para os indígenas, projeto de financiamento, aterro sanitário adequado (lixo), redução de produção de lixo, ação de fomento das associações locais, desenvolver ações na educação e na saúde, ação social no alcoolismo.

As ações mais importantes consolidadas junto aos participantes da oficina são apresentadas em item específico, mais a frente.

Logo após, João (Moderador) mostrou as ações mais importantes levantadas na oficina, e afirmou que serão levadas para a reunião de consolidação, no Cemix, no dia 22 de maio. Cacique Elso Xerente aproveitou a oportunidade de levantamento das ações e pontuou que as antigas sementes tradicionais dos Xerente encontram dificuldade de plantar, indicando que o intercâmbio de sementes deve ser uma prioridade também.

Escolha dos representantes

Em seguida, João (Moderador) avançou para escolha dos representantes para participar da reunião de consolidação. O cacique ressaltou a importância da reunião de consolidação, “será decisivo para as comunidades a seguir adiante dentro de JREDD+ com as ações pensadas.”

Após debates e articulações, os participantes entraram em consenso e elegeram quatro nomes: Cacique Elson Xerente, Rogerio Xerente, Silvia Xerente e Eneida Xerente. João (Moderador) havia comentado a possibilidade destes quatro representantes, poderem levar um grupo de apoio de até 10 pessoas, para a reunião de consolidação, neste sentido o grupo escolheu como apoio: Gerivan Xerente, Aguinaldo Xerente, Renato Xerente, José Augusto Xerente, Reinaldo Xerente, Carlito Xerente, Murilo Xerente, Nelson Xerente, Sueli Xerente e Linda Xerente.

Para encerrar o processo de escolha dos representantes e do grupo de apoio, os anciões discursaram em aconselhamento aos escolhidos. João (Moderador) retomou a fala após os discursos e recapitulou algumas colocações.

João (Moderador) retomou os objetivos da oficina, e questionou aos participantes se entenderam a proposta do JREDD+, Gilberto Xerente afirmou em nome do grupo que sim.

Após a leitura da Ajuda Memória realizada pela liderança Rogério Xerente, Rose (Consultora TOCAR) e Fábio (SEMARH) agradeceram em nome do Estado pela participação de todos e se colocaram à disposição para demais visitas ao território, encerrando a oficina às 18h10, com assinatura do documento e entrega dos certificados, além da apresentação das crianças.

IDENTIFICAÇÃO DE DEMANDAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

Repartição de benefícios:

- Aumento da porcentagem da divisão de 25% para 35%.

Vigilância territorial:

- Agentes florestais indígenas;
- Ampliação da rede de internet e sinal de celular;
- Fiscalização das margens do rio Tocantins;
- Agentes de proteção ambiental para o território (observação: que sejam indígenas).

Fortalecimento das organizações:

- Fortalecimento das organizações locais;
- Fortalecimento das organizações indígenas;
- Apoio financeiro para associações locais (ações educativas, eventos, mutirões).

Geração de renda:

- Artesanato;
- Técnicas de manejo de matéria-prima;
- Capacitação das artesãs para geração de renda;
- Criação de um centro de comercialização de artesanatos;
- Intercâmbio para troca de conhecimento;
- Troca de sementes (feira de sementes).

Valorização cultural:

- Fortalecimento da medicina tradicional – anciãos;
- Centro de registros de saberes indígenas;
- Valorização das ações culturais (festividades, tradições);

- Fortalecimento das práticas esportivas culturais e interculturais;
- Fomento para projetos audiovisuais indígenas.

Apoio às atividades produtivas:

- Investimento na alimentação tradicional, segurança alimentar;
- Projetos de piscicultura;
- Hortas comunitárias;
- Criação de galinhas, bovinos e suínos;
- Reativação do projeto da casa de farinha;
- Criação de abelhas.

Formação de pessoas:

- Educadores ambientais;
- Material pedagógico / educação ambiental;
- Incentivo à profissionalização da juventude (bolsas de estudo);
- Capacitação para grupo de captação de recursos;
- Fortalecimento de formação de lideranças indígenas que representem o povo.

Conservação:

- Proteção das nascentes do território;
- Projeto de coleta seletiva e separação de resíduos.

Turismo:

- Investimento em ecoturismo;
- Fomento ao etnoturismo.

Fortalecimento institucional:

- Fortalecimento de ações dos órgãos de proteção (Ibama, Funai etc.).

Ação social:

- Apoio psicossocial e de saúde para prevenção e combate ao alcoolismo.

Infraestrutura (governo):

- Saneamento básico;
- Ampliação do abastecimento hídrico;
- Ampliar e equipar a unidade básica de saúde local;
- Climatização das unidades escolares e das unidades de saúde comunitárias.

Observação:

- Fazer articulação para tentar aumentar o percentual dos PIQPCTAF.

<p>Proposta adicional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um grupo de estudo sobre o JREDD+ jurisdicional com representantes de todos os povos indígenas, para cooperação com a ARPIT.
<p>REPRESENTANTES SELECIONADOS PARA REUNIÃO DE CONSOLIDAÇÃO</p>
<p>Representantes: Cacique Elson Xerente, Rogerio Xerente, Silvia Xerente e Eneida Xerente.</p> <p>Grupo de apoio de até 10 pessoas: Gerivan Xerente, Aguinaldo Xerente, Renato Xerente, José Augusto Xerente, Reinaldo Xerente, Carlito Xerente, Murilo Xerente, Nelson Xerente, Sueli Xerente e Linda Xerente.</p>
<p>Avaliações e resultados da oficina</p>
<p>A oficina cumpriu os objetivos propostos: os temas centrais (JREDD+, salvaguardas, governança e repartição de benefícios) foram apresentados e discutidos, com ajuda-memória consolidada ao final reunindo os resultados — temas tratados, ações prioritárias e representantes indicados para a reunião de consolidação. Registrou-se, ainda, a proposta de criar um grupo de estudo junto à ARPIT para aprofundar o tema JREDD+ e acompanhar seus desdobramentos no território. Sobre a repartição de benefícios, permaneceram questionamentos específicos quanto aos percentuais, que seguirão em tratamento nas próximas etapas de sistematização e na audiência pública.</p>

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

DIA 01: SEGUNDA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2025



Abertura da Oficina Participativa



Apresentação dos Caciques



Abertura da tarde



Grupo 1



Grupo 2

DIA 01: TERÇA-FEIRA, 20 DE MAIO DE 2025



Abertura do Segundo Dia



Segunda divisão dos grupos



Apresentação do Grupo 1



Apresentação do Grupo 2



Avaliação da Oficina



Escolha dos representantes



Leitura da Ajuda-Memória



Assinatura da Ajuda-Memória



Apresentação das crianças ao final da oficina